

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE  
MATO GROSSO  
CAMPUS VÁRZEA GRANDE  
DEPARTAMENTO DE ENSINO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO**

**JENAINA ALVES SILVA**

**A CONTRIBUIÇÃO DO ASSOCIATIVISMO PARA O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL: O EXEMPLO DA COMUNIDADE MUTUCA (NOSSA SENHORA  
DO LIVRAMENTO, MT)**

**VÁRZEA GRANDE**

**2021**

**JENAINA ALVES SILVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Desenvolvimento Urbano do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Várzea Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Urbano.

Orientador: Professora Doutora Juliana Ribeirão de Freitas

Coorientadora: Professora Doutora Giovana Rosangela Ferreira Mendes

**VÁRZEA GRANDE**

**2021**

### **Dados internacionais de catalogação na fonte**

A474a Alves Silva, Jenaina

A contribuição do Associativismo para o Desenvolvimento Sustentável: o exemplo da Comunidade Mutuca (Nossa Senhora do Livramento, MT) / Jenaina Alves Silva – Varzea Grande – MT, 2021.

22 f.

Orientador(a) Profa. Dra. Juliana Ribeirão de Freitas

Co-orientador(a) Profa. Dra. Giovana Rosangela Ferreira Mendes  
TCC (Graduação). (Especialização em Desenvolvimento Urbano) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Várzea Grande, 2021.

Bibliografia incluída

1. Agricultura familiar. 2. Associativismo. 3. Sustentabilidade. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário(as): Leila Cimone Teodoro Marques (CRB1-2377)



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Campus Várzea Grande  
ATA Nº 73/2021 - VGD-ENS/VGD-DG/CVGD/RTR/IFMT

### ATA DE BANCA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Cidade, data e horário	Cuiabá, 17/09/2021, 16:00.	
Local	Campus Várzea Grande, link <a href="https://meet.google.com/rrr-rgiq-brz">https://meet.google.com/rrr-rgiq-brz</a>	
Discente	Jenaina Alves Silva	
Matrícula	2020113510440382	
Curso de pós-graduação	Especialização em Desenvolvimento Urbano (Lato Sensu)	
Tipo de Exame	DEFESA	
Título do trabalho	A contribuição do Associativismo para o Desenvolvimento Sustentável: o exemplo da Comunidade Mutuca (Nossa Senhora do Livramento, MT)	
Membros da Banca Examinadora (Informar na frente do nome caso seja participação remota)	Instituição	Examinador
Juliana Ribeiro de Freitas	Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT	Presidente
João Vitor Gobis Verges	Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT	Interno
Marilane Alves Costa	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT (Campus Octayde Jorge da Silva)	Externo
PARECER DA BANCA EXAMINADORA		
Concluídas as etapas de apresentação, arguição e avaliação do trabalho, a Banca Examinadora decidiu pela <b>APROVAÇÃO</b> da discente neste Exame. Foi concedido o prazo regulamentar do curso (de <b>30 dias</b> ) para que sejam efetuadas as correções sugeridas pela Banca Examinadora. Para constar, foi lavrada a presente Ata e assinada eletronicamente pelos membros da Banca Examinadora.		
<b>Notas.</b> 1) O Presidente enviará esta ata à Secretaria do curso de Pós-Graduação com as assinaturas eletrônicas em até 48h. 2) Para assinar a ata pelo SUAP o Examinador Externo deve estar cadastrado no Módulo Administração - Prestador de Serviço. 3) O título de conclusão do discente será expedido após o discente cumprir todas as normativas do Curso e do IFMT.		

Documento assinado eletronicamente por:

- **Juliana Ribeiro de Freitas**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 18/10/2021 12:21:38.
- **João Vitor Gobis Verges**, João Vitor Gobis Verges - Membro de banca de pós-graduação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (92969856000198), em 18/10/2021 12:51:18.
- **Marilane Alves Costa**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 18/10/2021 13:38:30.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 18/10/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 253177  
Código de Autenticação: 482d13deaf





## **A CONTRIBUIÇÃO DO ASSOCIATIVISMO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O EXEMPLO DA COMUNIDADE MUTUCA (NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, MT).**

Jenaina Alves Silva

### **RESUMO**

Este estudo buscou discutir a importância do associativismo rural para a manutenção das práticas agroecológicas dos pequenos agricultores rurais da Comunidade quilombola Mutuca em Nossa Senhora do Livramento (MT). Para isso, buscou-se também, por meio de objetivos específicos, descrever o histórico da formação da Associação ARCORQUIRIM; levantar as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores da comunidade estudada para a manutenção das suas práticas tradicionais; discutir de que forma o associativismo influencia a manutenção das práticas tradicionais na comunidade estudada bem como suas raízes culturais; discutir de que forma a associação contribui para a representatividade da comunidade estudada; analisar as relações de emancipação coletiva promovidas pela presença da associação na comunidade e discutir as ambiguidades e contradições que podem ocorrer durante o processo de formação e de funcionamento da associação. A metodologia utilizada para a elaboração desta pesquisa foi a sistematização de experiência, utilizando-se como principal referência a publicação do Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, a sistematização e a avaliação são elementos que possibilitam a apropriação coletiva do processo do trabalho. Os resultados demonstram que o associativismo na comunidade promove o aumento da qualidade de vida não apenas das famílias pertencentes à comunidade como também aos moradores das cidades que consomem os produtos.

**Palavras-chaves:** Agricultura. Associativismo. Sustentabilidade



## 1. INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX observou-se a implementação de um novo padrão de produção campo caracterizado pela implementação de novas tecnologias e maquinários. Esta mudança alterou a dinâmica territorial causando impactos ambientais, tais como, contaminação dos recursos naturais e dos alimentos. As políticas de desenvolvimento rural inspiradas na modernização foram eivadas de desigualdades, consequentemente prejudicando os pequenos agricultores os forçando a se favelizar nas periferias urbanas (BALZAN, 2006).

Os pequenos agricultores se mobilizam contra os impactos negativos gerados pela forma como o desenvolvimento tecnológico e econômico tem sido implementado no campo – de forma excludente e insustentável com foco na concentração de terras e de riquezas em detrimento da degradação ambiental. Assim, busca-se formas racionais de produção onde ocorra o aumento da produção e da produtividade sem que haja o uso sustentável dos recursos naturais e causando mínimo de impactos adversos ao meio ambiente.

No cenário atual o modo de produção insustentável causou e vem provocando consequências irreversíveis no meio ambiente e na saúde, tais como desmatamento desenfreado, erosão nos solos, utilização de agrotóxicos contaminação dos recursos hídricos e dos alimentos (BALZAN, 2006).

De acordo com Oliveira; Pereira; Calbino (2019), a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno em relação aos grandes produtores voltados à produção de *commodities* para a exportação de forma que aqueles que praticam os modos de produção mais tradicionais têm dificuldades de acesso aos mercados, e, consequentemente dificuldades de competir com os baixos preços praticados pelos grandes produtores, e optam por adotar o modo de produção vigente ou migrar para as cidades. O distanciamento do consumidor final em relação ao produtor e a forma de produção praticada é um dos elementos que contribui para o sucesso do modelo dominante.

Neste cenário, os agricultores familiares compreendem que é necessário traçar estratégias, ao longo do tempo para que as comunidades tradicionais criem mecanismos de



sobrevivência em consonância com a preservação ambiental. De acordo com o manual (PNAE, 2015), as comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas e ribeirinhas dentre outros, vem buscando a reorganização na forma de associativismo e cooperativismo, na buscar fortalecimento e ampliação oferta da produção familiar através da criação de cadeias curtas de produção.

A criação das cadeias curtas de produção de alimentos agroecológicos e orgânicos cria nova forma de comercialização de venda direto ao consumidor em feiras, eventos e na própria propriedade em entrega em domicílios mercados organizados por associações e cooperativas (PNAE, 2015).

Além disso, é necessário desmistificar a crença de que o agricultor familiar busca basicamente a subsistência. Sua escala de produção sustentável no seu pequeno estabelecimento vem quebrando barreiras e se transformando em empreendedor rural. Para que isso ocorra os produtores devem estar organizados e atentos ao modo como tomam suas decisões e devem identificar estratégias para organizar seu processo produtivo, com o intuito de agregar valor a seus produtos e maximizar a inserção nos mercados (EMBRAPA, 2018).

O associativismo<sup>1</sup> é uma importante ferramenta de autogestão, baseada na cooperação e participação dos trabalhadores. Para os pequenos agricultores o associativismo pode viabilizar estratégias de comercialização diferenciadas que promovam a aproximação entre produtor e consumidor, reduzindo a ação de atravessadores, além disso, o ambiente participativo gerado pela associação cria espaço de organização, promove o interesse comum e gera benefícios coletivos e desta forma, contribui para consolidar valores culturais de comunidades tradicional (EMBRAPA, 2018).

Os modos de produção mais tradicionais utilizam técnicas menos agressivas ao meio ambiente e ao fortalecer a cultura local, o associativismo também promove o desenvolvimento sustentável. Além disso, cria mecanismos de gestão para a compra direta do agricultor familiar cadastrado, com dispensa de licitação, democratizando e descentralizando as compras públicas, criando mercado para os pequenos produtores, dinamizando a economia local e promovendo iniciativas de compras públicas sustentáveis articuladas ao fortalecimento da

<sup>1</sup> Segundo Art. 53 do Código Civil (Lei 10.406/2002) uma associação é formada pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

agricultura familiar (PNAE, 2015).

## **2. JUSTIFICATIVA**

Este trabalho justifica-se pela impossibilidade de se pensar desenvolvimento urbano sem considerar as suas relações com o meio rural e pelo papel central que o associativismo desempenha na manutenção de tais relações (PNAE, 2015).

Meio rural e meio urbano devem ser compreendidos como espaços interdependentes: por mais urbanizada que seja uma cidade, seus moradores/as precisam de alimentos, provindos do campo e por mais sustentável que seja uma propriedade rural, esta precisa de algum tipo de insumo ou tecnologia desenvolvida na cidade (MEIRA, 2012).

As relações entre estes dois ambientes remontam às discussões iniciadas no século XIX, quando a aceleração dos processos de urbanização a partir da Revolução Industrial trouxeram à tona a necessidade de estabelecer critérios que definissem e diferenciasssem os ambientes urbano e rural (IBGE, 2017). Atualmente, identifica-se, na literatura duas abordagens. A abordagem clássica propõe uma dicotomia clara entre os dois ambientes, definindo o urbano/cidade como algo que se contrapõe ao rural/campo. Críticos a este modelo, tais como ABRAMOVAY (2003) e VEIGA (2003) propõem o conceito e continuam rural-urbano, pois defendem que, embora seja possível diferenciar tais ambientes, a distinção entre eles só pode ser feita de forma clara quando se consideram polos extremos, sendo o limiar entre um e outro bastante difuso (IBGE, 2017).

A ideia de continuum rural-urbano apoia-se em observações de atividades e ambientes tipicamente rurais em espaços urbanos e vice-versa (OLIVEIRA; GONÇALVES, 2019). Nas cidades, é possível encontrar chácaras, hortas urbanas e/ou comunitárias, áreas verdes urbanas, áreas protegidas, etc. Da mesma forma, no espaço rural podem ser observadas estruturas e espaços tipicamente urbanos, como indústrias, hotéis fazenda, estrutura para turismo rural e ecológico etc (JACINTO; MENDES; PEREHOUSKEI, 2012). Esta concepção apoia-se também em observações feitas sob a ótica da Ecologia. Em se tratando de serviços ecossistêmicos (i.e. o conjunto de benefícios que os seres humanos obtêm a partir do

funcionamento dos ecossistemas não perturbados), sabe-se que as relações entre ambientes urbanos, rurais e ainda, ambientes naturais – como as áreas protegidas, tornam-se ainda mais entrelaçadas (BURKHARD *et al.*, 2012; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2019). Estudos recentes demonstram que não há um gradiente típico rural-urbano em termos de provisão de serviços ecossistêmicos urbanos e nem um padrão espacial urbano para provisão de serviços que podem servir como um modelo para as cidades (LARONDELLE; HAASE, 2013). Neste trabalho adotamos a abordagem do continuum rural-urbano.

As diretrizes e orientações relacionadas ao desenvolvimento sustentável também consideram as relações campo-cidade em sua base. O documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, adotado na Assembleia Geral da ONU em 2015 é um plano de ação que propõe 17 objetivos de desenvolvimento sustentável para serem alcançados até 2030. O objetivo número 11 propõe “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis” (ONU, 2015, p 15). Para alcançar este objetivo, o documento propõe:

apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento (ONU, 2015, p. 25).

A interdependência entre campo e cidade se expressam com maior veemência quando consideramos a produção e o consumo de alimentos (MEIRA, 2012). Nos últimos anos têm se observado, por parte dos consumidores, preocupação cada vez maior com de alimentos mais saudáveis, livres de insumos químicos que podem prejudicar a saúde humana e o meio ambiente (NAVES, 2020; TONINI, 2020).

A maior parte dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem à agricultura familiar. Apesar de ser a responsável pela produção da maior parte dos alimentos no país, protagonizando o abastecimento interno e controlando a inflação dos alimentos, a agricultura familiar enfrenta muitas dificuldades. Dentre eles, destacam-se a falta de investimentos e a dificuldade de escoamento dos produtos (STROPASOLAS, 2017).

O associativismo tem papel central na promoção da sustentabilidade das relações campo-cidade em múltiplas dimensões: social, econômica e ambiental. Associações de agricultores familiares permitem organizar o contato direto entre produtores e consumidores,

diminuindo ou até mesmo eliminando a presença do atravessador, fomentando, portanto, maior independência dos agricultores. Constrói-se assim, a possibilidade de sustentabilidade e permanência das famílias no campo (CARVALHO, 2017).

As associações também promovem a valorização dos saberes locais. O agricultor familiar tem uma relação de identidade e pertencimento com a terra. Não raro, a dinâmica de produção destas propriedades baseia-se em práticas tradicionais de cultivo, via de regra mais sustentáveis (FIDELIS, 2011).

O associativismo viabiliza, portanto, formas alternativas de produção em contraponto ao modelo atual, que é baseado na produção anônima, distante e sem acesso a informações sobre os impactos ambientais gerados (CARVALHO, 2017; RIBEIRO *et al.*, 2017). Este trabalho se propõe a estudar o associativismo no município de Nossa Senhora do Livramento, no estado do Mato Grosso.

No contexto estudado, os agricultores da comunidade do quilombo de Nossa Senhora do Livramento praticam agricultura tradicional, seguindo seus ancestrais, buscam produção agrícola de alimentos para sua subsistência e para atender o comércio local. Os empreendedores organizados nos estabelecimentos da agricultura familiar aquecem o mercado local há 3 (três) anos por meio de circuitos curtos, feiras livres, pequenas lojas de cooperativas. Estes espaços de comercialização são importantes para geração de emprego e renda, não só em nível local, como em nível regional, já que os produtos têm conquistado consumidores de outras cidades vizinhas.

Além da renda gerada, este modo de produção está associado a questões mais amplas como preocupação com a saúde, o meio ambiente e a sociedade, tendo em vista que o modo de produção tradicional das comunidades quilombolas buscam práticas agrícolas sustentáveis.

Os consumidores locais percebem a satisfação quando consomem os alimentos orgânicos produzidos na prática ecológica por esses agricultores. Entretanto, tem-se observado uma convergência à rejeição a produção agroecológica quando esta vem relacionada a preços mais elevados em relação à produção convencional (EMPAER, 2014).

Para os pequenos agricultores da comunidade quilombola Rural do Quilombo da mutuca (ACORQUIRIM) para que haja uma relação agricultor e meio ambiente é necessário

mudar paradigma produtivo convencional que tem uso abusivo de insumos industrializados, utilizar recursos naturais que degradem menos o meio ambiente, pensando nestes novos modelos de produção agrícola locais, o associativismo tem papel importante na força propulsora de tais mudanças.

### **3.OBJETIVO GERAL**

Este estudo busca discutir a importância do associativismo rural para a manutenção das práticas agroecológicas e das raízes culturais de pequenos agricultores rurais por meio da sistematização da experiência do percurso da formação e das ações desenvolvidas pela Associação ARCORQUIRIM: Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca em Nossa Senhora do Livramento (MT).

### **4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Discutir de que forma o associativismo influencia a manutenção das práticas tradicionais na comunidade estudada bem como as suas raízes culturais;
- Discutir de que forma a associação contribui para a representatividade da comunidade estudada;
- Analisar as relações entre a existência da associação e a sustentabilidade no campo e na cidade.

### **5. METODOLOGIA**

A metodologia escolhida para a elaboração desta pesquisa foi a sistematização de experiência, utilizando-se como principal referência a publicação do Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, vinculado à Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, pertencente à série Monitoramento & Avaliação. (HOLLIDAY, 2006). Pretendendo ser um guia didático, a publicação

se apresenta como um instrumento para a reflexão crítica e ferramenta de planejamento dos processos *de sistematização de experiências* e para o fomento à disseminação de lições aprendidas. (HOLLIDAY, 2006, p.8)

### A sistematização pode ser

um instrumento poderoso para contribuir no enfrentamento aos desafios que estão colocados, porque estas experiências contêm aprendizagens fundamentais que podem e devem ser disseminadas, e são potenciais indutores de políticas públicas sustentáveis (HOLLIDAY, 2006, p.8).

Não existe um modelo de sistematização único que seja aplicável em sua totalidade a todas as experiências, o que dificulta uma definição única clara e precisa do que seja uma sistematização de experiência. Por isso, Holliday (2006), orienta que a sistematização não deve ser confundida com processos de reflexão, estudo ou comunicação de experiências e neste sentido, delimita com clareza o que a sistematização não é: narrações de experiências pura e simples; descrição de processos (pois, ainda que seja necessário fazê-lo, é preciso passar do nível descritivo ao interpretativo); classificar experiências por categorias comuns (esta pode ser uma atividade que ajuda o ordenamento, mas não esgota a necessidade de interpretar o processo); ordenação e tabulação de informação sobre experiências sem reflexões mais profundas sobre os fatos; dissertação teórica exemplificando com algumas referências práticas (pois não seria uma conceitualização surgida da interpretação desses processos).

Mesmo na ausência de definições e protocolos sobre como sistematizar, é possível estabelecer orientações e delineamentos gerais que podem ser recriados, dependendo do tipo de prática, do contexto da experiência e do sujeito que se propõe a sistematizar. O autor oferece diretrizes acerca dos objetivos específicos que se pretendem atingir e do objeto sistematizado. Em relação aos objetivos, o autor propõe que a sistematização pode ser feita da seguinte forma:

- Para favorecer o intercâmbio de experiências; ou
- Para que a equipe tenha melhor compreensão de seu trabalho; ou
- Para adquirir conhecimentos teóricos a partir da prática; ou
- Para melhorar a prática.

Em relação ao objeto, a proposta é de que o que se quer sistematizar, seja,

fundamentalmente,

- A prática dos educadores; ou
- A prática dos grupos populares; ou
- A relação entre educadores e educandos.

Este trabalho se propõe a sistematizar a experiência prática vivida pela moradora da comunidade estudada e perseguir os dois últimos objetivos propostos (i.e. para adquirir conhecimentos teóricos a partir da prática; para melhorar a prática); Afinal, a reconstrução dos fatos ordenados temporalmente permite uma compreensão mais profunda das experiências realizadas.

A partir desta compreensão é possível estabelecer relações com diferentes abordagens teóricas já propostas ou criá-las quando for o caso. O estabelecimento destas relações leva à interpretação crítica, que pode gerar o aprimoramento das práticas e compartilhamento das aprendizagens dentro ou fora da comunidade – neste último caso por meio de intercâmbio com iniciativas afins (HOLLIDAY, 2006).

Em relação ao objeto, a proposta é a de sistematizar a prática de grupos populares, pois, segundo o próprio autor, a sistematização deve

Entranhar-se nesses processos sociais vivos e complexos, circulando entre seus elementos, percebendo a relação entre eles, percorrendo suas diferentes etapas, localizando suas contradições, tensões, marchas e contramarchas, chegando assim a entender estes processos a partir de sua própria lógica (HOLLIDAY, 2006 p.24).

## **6. CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA COMUNIDADE MUTUCA**

Uma comunidade quilombola pode ser definida como

grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003, p.1).

Estes grupos formaram-se em nos tempos da escravidão no Brasil e preservaram os costumes e cultura de seus antepassados ao longo do tempo, sendo por isso considerados símbolos de resistência (SANTOS & GONÇALVES, 2018).

Nossa Senhora do Livramento é um município brasileiro do estado de Mato Grosso, surgido com a exploração do ouro no século XVIII. O município foi criado pela lei provincial nº 598 de 19 de maio do ano de 1883 e está localizado a 50 quilômetros da capital, ao lado da rodovia MT-070, que liga a Capital de Mato Grosso Cuiabá à Poconé e ao Pantanal Mato-grossense. O município tem uma área de 5.315 km<sup>2</sup>, e uma população de 13.104 habitantes, sendo que 63,5 da taxa porcentual dos habitantes reside em ambiente rural e 36,5 em ambiente urbano (IBGE, 2020).

O município apresenta um clima tropical úmido. Sua vegetação pertence aos biomas Cerrado e Pantanal; sua economia é baseada na produção agrícola com foco na agricultura familiar, pecuária e piscicultura. O extrativismo de minério é largamente praticado no município, que possui imensas jazidas auríferas (IBGE, 2020). Inicialmente, o desenvolvimento das atividades agropecuárias se deu para sustentabilidade das mineradoras, mas tornaram se as principais atividades econômicas do município a partir da decadência das lavras auríferas.

Este trabalho foi realizado na comunidade Ribeirão da Mutuca, uma comunidade quilombola com 120 famílias formadas por remanescentes de escravizados. Como toda comunidade quilombola, representa a cultura afro-brasileira nos costumes e tradições culturais e fazem a utilização recursos naturais e da terra de forma coletiva. Esta comunidade está inserida no complexo territorial do Quilombo do Mata Cavalo, que é composto por mais outras cinco comunidades: Mata Cavalo de Baixo; Mata Cavalo de Cima; Aguaçú; Capim Verde e Ponte da Estiva (EUSTÁQUIO, 2002).

O complexo abriga aproximadamente 500 famílias em um espaço geográfico a cerca de 14.622 hectares situada a 18 quilômetros do Município de Nossa Senhora do Livramento. A comunidade da Mutuca tem vegetação predominantemente dominada pelo bioma Cerrado, com matas ciliares em torno dos corpos d'água, onde é realizada a produção agrícola de mandioca, milho, arroz, batata-doce, feijão, abóbora, cará e principalmente banana e cana-de-açúcar, que garantem a subsistência local. (EUSTÁQUIO, 2002). Outras atividades relacionadas à sustentabilidade econômica das famílias são artesanato, criação de animais suínos e aves, extrativismo vegetal, e, especialmente, a Festa da Banana. Esta última consiste



em uma feira onde há exposição e comercialização de grande variedade de produtos derivados da banana produzidos na comunidade tais como farinha de banana verde, licor, bala, doce e rapadura de banana. A feira tem caráter econômico e também cultural, pois além das vendas dos produtos ocorrem apresentações de cururu, siriri, dança afro e comidas típicas (EMPAER, 2021).

## **7. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Este trabalho parte de um relato organizado a partir da vivência da autora do texto, moradora da comunidade Ribeirão da Mutuca desde 2006. O associativismo na comunidade é um espaço de socialização dos moradores e tem desempenhado um papel importante para o reconhecimento da cultural, estruturação socioeconômica e preservação do meio ambiente na comunidade. A associação do quilombo Ribeirão da Mutuca –MT-ACORQUIRIM, é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1997. As 120 (cento e vinte) famílias que formam a comunidade se reúnem mensalmente com o objetivo de promover a solução dos problemas coletivos, e dos desafios comunitários podem se apresentar no âmbito social, cultural, político e econômico.

Atualmente, a presidente é Maria Renata de Jesus, a escolha da diretoria é realizada por eleição e as decisões são feitas em votação nas assembleias extraordinárias, tem um espaço físico aberto um barracão onde ocorrem as atividades e tomadas decisões a conquista desta construção foi realizada pelos próprios moradores da comunidade, sou participante da associação desde 2006.

A comunidade se mobiliza através do associativismo e acredita que a união de forças pode transpor os obstáculos dos agricultores rurais na comunidade. A associação facilita os meios de escoar os produtos, a obtenção de créditos rurais, aprovação de projetos, cadastro licitação créditos rurais, declaração exercício atividade rural para aposentadoria entre outros. Dentre as conquistas da associação ao longo de sua jornada, podemos citar a criação área urbanizada no espaço rural realizado pelo Programa Nacional Habitação Rural- PNHR.

Figura 1 Urbanização Rural/ Comunidade Mutuca



Fonte Arquivo pessoal

Figura 2 urbanização / Comunidade Mutuca



Fonte Arquivo pessoal

Este programa, criado pelo Governo Federal no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, financiado pela caixa econômica através da Lei 11.977/2009, tem a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma nova casa ou reformando/ampliando. Para fazer parte do programa, o trabalhador rural ou agricultor familiar deve estar cadastrado em

entidade organizadora da associação que formará grupos de beneficiários interessados em participar. Pela organização ARCORQUIRIM - associação da comunidade negra rural quilombo ribeirão da mutuca foi implementado três empreendimentos de habitação rural com 150 unidades habitacionais no ano de 2013 a 2017, contemplando trabalhadores rurais da mutuca e os trabalhadores das comunidades Aguaçu, Brajal, Cohabinha, Mata Cavalo de Cima e Pedro. Em 2016 associação da comunidade mutuca foi parabenizada com o 9º prêmio da caixa econômica das melhores práticas em gestão local.

Outra conquista foi a implementação do projeto Patrulha Mecanizada, que facilita a produção e ajuda os pequenos produtores no preparo do solo, aumentando a escala de produção. O projeto foi realizado por meio da associação financiado pela Secretaria Desenvolvimento Rural do Município e as famílias contempladas são trabalhadores e trabalhadoras da comunidade Mutuca e das comunidades próximas.

Os resultados do projeto contribuíram para o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos, que potencializou a valorização das 120 famílias na comunidade. A associação possibilita parcerias, tais como o Sindicato Rural, Secretaria Agricultura Familiar e a FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Esta última é uma organização não-governamental, fundada em 1961, que realiza um trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo em seis estados brasileiros Pará, Amazonas, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Mato Grosso.

No estado de Mato Grosso, esta ONG atua no fortalecimento das organizações na agricultura familiar e com as populações tradicionais fortalecendo a resistência à expansão do modelo insustentável na produção agrícola. A FASE busca, através do fornecimento de assessoria técnica e da articulação política, a promoção da segurança alimentar e nutricional na luta por justiça ambiental, a construção da agroecologia e o fortalecimento da organização diante os danos causados pelo agronegócio à saúde e ao meio ambiente – em especial no que diz respeito ao uso de agrotóxicos.

Os três biomas presentes no estado de Mato Grosso – Cerrado, Amazônia e Pantanal – são altamente biodiversos, com reconhecimento mundial. Entretanto, a região é palco da erosão da biodiversidade, devido principalmente, à ampliação progressiva do uso de sementes

transgênicas, do uso crescente do consumo de agrotóxicos e da grande concentração de terra para produção de forma não sustentável. A perda desta biodiversidade vem causando a diminuição da quantidade de água disponível na comunidade.

No ano de 2020, a FASE realizou uma palestra durante as reuniões extraordinárias da associação, ressaltando importância do trabalho realizado pelos agricultores na preservação do modo de produção tradicional (que é agroecológico), na preservação das sementes de milho crioulo, no uso de métodos ecológicos para controle das pragas e a utilização adubação orgânica na produção.

Para os moradores da comunidade o evento foi bastante informativo e interessante. Os produtores/as se sentiram mais valorizados e mais conscientes da importância de produzir alimentos do mesmo modo que seus ancestrais, preservando ao mesmo tempo a biodiversidade e a sua cultura.

Desde 2008, a associação organiza na comunidade a Festa da Banana, que tem como objetivos celebrar a cultura afro-brasileira, valorizar o modo de produção ancestral e agroecológico prado na comunidade, bem como divulgar e comercializar os alimentos saudáveis e sem agrotóxico.

Nos últimos 3 anos, a associação apoia a organização e promoção da feira 'É de Livramento', que acontece aos finais de semana na praça Fernando de Barros no centro da cidade de Nossa Senhora do Livramento (Figura 1). Na feira são comercializados diversos produtos como hortaliças, frutas, verduras, doces, licores, queijos, galinha caipira, ovos, rapaduras, farinha de banana, abobrinha, mandioca e milho, além de artesanatos e comidas típicas da região pantaneira. Dentre os pratos oferecidos destacam-se a costela com banana-verde, a farofa de banana, a paçoca de pilão, galinha caipira com arroz, costela de porco com arroz, mojica de pintado, quibes, croquetes, pacu seco com arroz e frito a palito.

Figura 1-Feira da Agricultura Familiar/ segurança alimentar MT.



Fonte: Circuito Mato Grosso (2018).

Os principais produtos da comunidade são mandioca, milho, cana, arroz, feijão, abóbora, batata-doce, quiabo e banana. Desta última, produz-se seus derivados: farinha, doce, balinha e licor. Tudo produzido de forma agroecológica seguindo a tradição ancestral da comunidade.

A associação promove o encontro dos moradores para a troca de sementes crioulas e para a realização do “muxirum”. Sementes crioulas são aquelas que não sofreram nenhum tipo de modificações biotecnológicas, como o melhoramento genético ou a transgenia. A manutenção do modo de produção da comunidade depende da preservação destas sementes, que são nativas da região e utilizadas tradicionalmente desde os ancestrais. Já os “muxirum” são trabalhos coletivos organizados e realizados pelos agricultores em forma de mutirão. Os “muxirum” ocorrem durante o plantio e colheita, para a preparação de inseticidas naturais para pulverização controle doenças nas plantas, trocas de mudas plantas, preparo de biofertilizantes para manejo do solo, entre outros.

Figura 2 Comunidade Buriti Nossa Senhora do Livramento/ MT.



Fonte: FASE (2015).

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível dizer que o associativismo na comunidade promove o aumento da qualidade de vida não apenas das famílias pertencentes à comunidade como também aos moradores das cidades que consomem os produtos. A construção de um modelo de cidade justa passa não apenas por melhorias no acesso e qualidade das moradias, saneamento, transporte acessível e eficiente, educação, saúde e lazer, mas também pela segurança alimentar. A Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, estabelece que é direito de todos os seres humanos o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Estes objetivos podem ser alcançados tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Além disso, a Lei também estabelece que os órgãos governamentais das três esferas de

governo e as organizações da sociedade civil devem atuar conjuntamente na formulação e implementação de políticas e ações de combate à fome, de promoção da segurança alimentar e nutricional. Também estabelece mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação da situação nutricional da população, definindo direitos e deveres do poder público, da família, das empresas e da sociedade.

As profundas transformações no campo, com a implementação das grandes monoculturas, provocaram desequilíbrios nos sistemas naturais reduziram a qualidade e a diversidade dos alimentos produzidos. A expansão de grandes empresas de comercialização e redes de supermercados que exercem um poder crescente sobre as relações que encadeiam a produção, o processamento, a distribuição e o consumo dos alimentos. A associação fortalece a produção agroecológica na comunidade, que por sua vez, visa a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional.

Além disso, a associação também propicia a representação da comunidade na CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas), que defende a produção agrícola sustentável e a proteção do meio ambiente. Esta representação é importante para defender o modo de vida quilombola e a sustentabilidade associada a ela. O avanço da monocultura na região do Pantanal a 65 km do município de Nossa Senhora do Livramento ameaça o modo de produção da comunidade, e faz necessária a relação com entidades como o CONAQ. Como as terras da região do pantanal são férteis e apresentam resultados positivos na colheita de soja e milho, observou-se nos últimos anos o aumento da utilização de agrotóxicos na região. Apesar de o decreto estadual Nº 1651 de 11 de março de 2013 estabelecer a distância mínima de 90 metros entre a aplicação mecanizada de agrotóxicos e povoações, recentemente, moradores de comunidades quilombolas pantaneiras relataram problemas respiratórios, tosse, irritação garganta e contaminação água provada pela poeira tóxica durante a colheita da soja. Através do CONAQ é possível formalizar denuncia deste tipo de ocorrência junto aos órgãos responsáveis e ao Ministério Público.

O associativismo é como uma base interlocutora na comunidade para a definição dos problemas locais e para que haja uma implementação das políticas públicas e possibilita o trabalho em redes, ongs e comunidades. Para que estas conquistas se concretizassem o

trabalho coletivo organizado pela associação foi importante.

## REFERÊNCIAS.

BALSAN, Rosane. Impactos Decorrente da Modernização da Agricultura Brasileira: **Decurrent Impacts Of The Agriculture Modernization In Brasil**, revista de geografia agrária, v.1, n.2, p.123151, ago.2006. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3869552/mod\\_folder/content/0/impacto](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3869552/mod_folder/content/0/impacto)>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Decreto nº 4887 de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)>. Acesso em: 04 ago. 2021.

BURKHARD, Benjamin *et al.* Mapping ecosystem service supply, demand and budgets. **Ecological Indicators**, [s. l.], v. 21, p. 17–29, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2011.06.019>. Acesso em 13 jul. 2021

CARVALHO, Sylvania Oliveira de. **Estratégias para a transição agroecológica no Sertão alagoano: o associativismo rural como força propulsora para a transição da agricultura local**. 37 f. 2017. - Universidade Federal do Alagoas, [s. l.], 2017.

EUSTÁQUIO, Antônio de Moura, Organização econômica da comunidade negra da Mutuca – **área remanescente Quilombo Mata Cavalto MT**, (Doutorando ciências sociais universidade Estadual Campinas Unicamp). 54º reunião Anual da SBPC-Goiânia-Go, julho, 2002.

EMPAER, Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Nossa Senhora do Livramento). 6ª Festa da Banana, 2014. Disponível em: <<http://www.empaer.mt.gov.br/-/comunidade-quilombola-realiza-6-festa-da-banana?ciclo>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; - **Agricultura familiar: desafios e oportunidades rumo à inovação**. Disponível portal EMPRAPA atualizado 23/01/18. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/31505030/artigo---agricultura-familiar-desafios-e-oportunidades-rumo-a-inovacao>>. Acesso em: 18. jul. 2021.

FASE Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Disponível em: <<https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/festa-da-banana-celebra-cultura-agroecologica-em>>



comunidade-quilombola-em-mt/>. Acesso em: 08 jul. 2021.

FASE Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Disponível em: <<https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/festa-da-banana-celebra-cultura-agroecologica-em-comunidade-quilombola-em-mt/>>. Acesso em: 08 jul. 2021.

FASE. A FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Disponível em <<http://fase.org.br/http://>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FIDELIS, Lourival. Quilombos, agricultura tradicional e a agroecologia: o agroecossistema do Quilombo João Surá sob a ótica da sustentabilidade. **Quilombos, agricultura tradicional e a agroecologia: o agroecossistema do Quilombo João Surá sob a ótica da sustentabilidade**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 57–72, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-45192011000100005>>. Acesso em: 20 jun.2021.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. 2<sup>o</sup>ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. ISSN 1098-6596.*E-book*.

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2017. *E-book*. Acesso em: 21 jun. 2021.

IBGE 2020

JACINTO, Janério Manoel; MENDES, Cesar Miranda; PEREHOUSKEI, Nestor Alexandre. O RURAL E O URBANO: CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DA RELAÇÃO DO ESPAÇO RURAL E DO ESPAÇO URBANO. **Revista Percursos – Nemo**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 173–191, 2012.

LARONDELLE, Neele; HAASE, Dagmar. Urban ecosystem services assessment along rural-urban gradient: A cross-analysis of European cities. **Ecological Indicators**, [s. l.], v. 29, p. 179–190, 2013.

MEIRA, Suzana Gotardo. **A Agroecologia na Relação Campo – Cidade**. Paraná-XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária Territórios em disputa: Os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento Brasileiro. 15 a 18 de outubro 2012. Disponível. em: < [http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1222\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1222_1.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2021.

NAVES, Thiago Moreira. **A Formação da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) no município de Rondonópolis, Mato Grosso**. 2020. - Universidade Federal de Mato Grosso, [s. l.], 2020.

OLIVEIRA, Inez Regina de; GONÇALVES, Teresinha Maria. A expansão da espacialidade urbana: onde está a área natural? **Revista Tecnologia e Ambiente**, [s. l.], v. 25,